



Diagnóstico - Ações de produtividade nas comunidades Quilombolas de Rondônia

Novembro de 2021



Diagnóstico - Ações de produtividade nas comunidades Quilombolas de Rondônia

Expediente

Equipe técnica:

Ecãm: Arlison Kleber, Hebert Lucena, Meline Machado e Ronaldo Freitas

Representantes Quilombolas de Rondônia:

Ana Paula Cardoso, Elvis Cayaduro Pessoa, Everton Nogueira de Menezes, Roberto Lopes Barros e Apolônio de França Neto

Revisão: Fernanda Abreu e Meline Machado

Direção de Arte: Raphael Rabelo

Fotos: Ana Carolina Fernandes, Maryellen Crisóstomo e Rogerio Rodrigues



APRESENTAÇÃO

A Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) tem, junto às comunidades quilombolas de Rondônia, atuado na construção de estratégias, modelos e mecanismos de gestão e governança territorial e ambiental, com foco na ampliação de estratégias de visibilidade e de fortalecimento das comunidades quilombolas.

O presente estudo, elaborado pela Ecam em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (ICS), visa diagnosticar a produção da agricultura familiar praticada pelas comunidades quilombolas no estado de Rondônia para que, de forma participativa, possa estabelecer diretrizes para a consolidação de um plano de ação voltado ao fortalecimento da produção agrícola das comunidades, visando a segurança alimentar e geração de renda dessas comunidades.

Um dos imensos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas é a falta de titulação dos territórios quilombolas, dificultando também o acesso às políticas públicas de fortalecimento das comunidades e de sua produção da agricultura familiar quilombola. Rondônia possui 08 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, das quais 07 participaram do presente diagnóstico, sendo 01 titulada e 03 com RTID na etapa do processo de titulação¹.

A agricultura familiar brasileira apresenta uma característica multifuncional, compreendendo também a função social, ambiental e econômica além da produção alimentar. A agricultura familiar é também grande geradora de renda e emprego.

A agricultura familiar é a principal fonte de renda das comunidades quilombolas (como mostra o estudo “Quilombos e Quilombolas na Amazônia - Os desafios para o reconhecimento²), mas ainda é preciso dar maior visibilidade ao modo de fazer agricultura nos quilombos e como estes territórios têm contribuído para a manutenção dos biomas e da sociobiodiversidade brasileira.

De acordo com o Relatório do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER)³, o Censo Agropecuário de 2017-2018, apresenta que, dos 91.438 estabelecimentos rurais recenseados em Rondônia, 74.400 foram classificados como pertencentes à agricultura familiar. O relatório ainda destaca que, considerando os 65 principais produtos desenvolvidos no estado, apenas 11,1% da produção é da agricultura familiar, entretanto quando se retira dessa lista a soja, milho e cana de açúcar (culturas industriais e direcionadas, principalmente, à exportação), o percentual da agricultura familiar aumenta para 57,8%, reforçando a importância da agricultura familiar para a economia local.

Apesar da importância significativa da agricultura familiar, ainda existem poucos dados disponíveis sobre a atividade no estado, e, quando considera-se as informações sobre a agricultura quilombola, é ainda mais perceptível a inexistência destes dados.

A agricultura praticada pelas famílias quilombolas é reconhecida como uma agricultura tradicional, sendo fruto da associação de técnicas e manejos da agricultura ancestral africana. Segundo Lourival Fidelis (2011):

“Agricultura é desta forma, antes de qualquer análise linear, parte de uma estratégia maior que tem como base a reprodução e a segurança alimentar do núcleo familiar das comunidades Quilombolas e da própria comunidade. Esta estratégia prescinde da preservação das sementes, da recomposição da fertilidade dos solos através do pousio e outras técnicas que compõem a agricultura das comunidades Quilombolas, muitas delas pouco agressivas aos recursos naturais locais.⁴”

Conhecer as atividades produtivas nas comunidades quilombolas é relevante no contexto social, cultural e econômico. Nesse contexto, o diagnóstico da produção agropecuária das comunidades quilombolas de Rondônia surge para mapear e identificar os impactos e desafios na produção agropecuária das

1 Fonte: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ro-15062021.pdf>

2 Fonte: <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Quilombos-e-Quilombolas-na-Amaz%C3%B4nia-Os-Desafios-para-o-re-conhecimento.pdf>

3 Fonte: <http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/wp-content/uploads/2016/06/20210325-relatorio-de-atividades-2020.pdf>

4 Fonte: <https://1library.org/document/q2g1peey-agricultura-tradicional-agroecologia-comunidade-quilombola-joao-municipio-adrianopolis.html> Consultado em: 15/10/2021

comunidades quilombolas e apontar estratégias de fortalecimento da agricultura familiar quilombola no estado.

O diagnóstico foi elaborado a partir de informações sistematizadas de dados primários (pesquisa de campo) e secundários (dados de instituições locais que atuam com agricultura familiar) sobre produção da agricultura familiar quilombola em Rondônia.

Importante ressaltar que o diagnóstico foi realizado durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19), período em que se ampliam os desafios das comunidades quilombolas em seus territórios e que também trouxe desafios na aplicação dos questionários de levantamento de dados.



SUMÁRIO

1.	COMUNIDADES E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DA PESQUISA	6
1.1.	CARACTERIZAÇÃO DOS(AS) AGRICULTORES(AS) ENTREVISTADOS(AS)	7
1.2.	PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS.....	9
1.3.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)	11
1.4.	ACESSO A FINANCIAMENTOS PÚBLICOS	14
1.5.	ACESSO A TECNOLOGIAS	16
2.	CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	18
2.1.	PRODUÇÃO DA AGRICULTURA QUILOMBOLA	18
2.1.1.	DESAFIOS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	20
2.2.	BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	20
2.2.1.	DESAFIOS DO BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO	21
3.	CANAIS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO:	23
3.1.	ACESSO A PROGRAMAS PÚBLICOS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	23
4.	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	24



1. COMUNIDADES E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DA PESQUISA

Os levantamentos em campo foram realizados por representantes das comunidades quilombolas, entre os meses de fevereiro a agosto de 2021. Foram entrevistados 49 agricultores familiares quilombolas no estado de Rondônia, representantes de 7 comunidades, sendo elas: Forte Príncipe da Beira⁵, Jesus, Laranjeiras, Pedras Negras, Santa Cruz, Santa Fé e Santo Antônio do Guaporé. (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição dos agricultores(as) familiares quilombolas entrevistados(as)

Comunidades	Municípios	Nº de agricultores(as) entrevistados(as)	Nº de famílias por comunidade (Fonte: Associações)
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques	6	117
Jesus	São Miguel do Guaporé	3	14
Laranjeiras	Pimenteiras do Oeste	3	15
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé	8	43
Santa Cruz	Pimenteiras do Oeste	14	150
Santa Fé	Costa Marques	4	45
Santo Antônio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	11	18

Entre as comunidades entrevistadas, 6 estão localizadas na região do Vale do Guaporé, das quais 3 estão situadas no município de Costa Marques e 3 no município de São Francisco do Guaporé. Já no Vale do rio São Miguel, afluente do Guaporé, está localizada a comunidade de Jesus pertencente ao município de São Miguel do Guaporé.

Dentre as comunidades da pesquisa, tem-se que: 2 comunidades encontram-se tituladas, 2 com o RTID⁶ em fase de elaboração, 1 com portaria de reconhecimento publicada e 1 sem processo de regularização (Tabela 2).

Tabela 2: Regularização fundiária

Comunidade	Reconhecimento Fundiário
Laranjeiras	RTID em fase de elaboração
Santa Cruz	Sem processo de regularização
Pedras Negras	RTID publicado
Santo Antônio do Guaporé	Portaria de reconhecimento publicada
Forte Príncipe da Beira	RTID em fase de elaboração
Santa Fé	Titulado
Jesus	Titulado

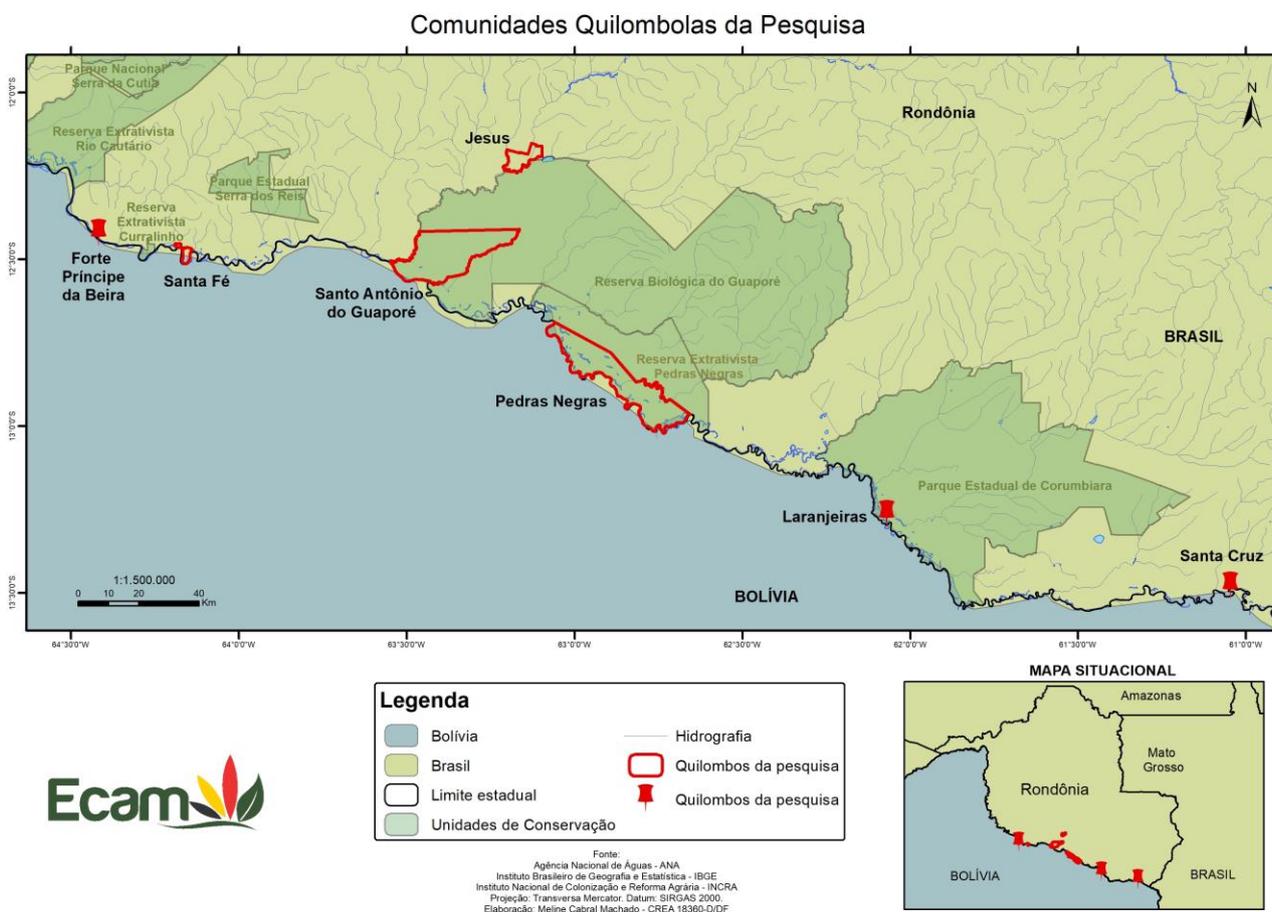
Como é possível ver no mapa (Mapa 1), dentre as 7 comunidades que participaram do diagnóstico, 3 possuem áreas sobrepostas a Unidades de Conservação, sendo elas: Laranjeiras (Parque Estadual de

⁵ Importante ressaltar que existe uma sobreposição de uso do território Forte Príncipe da Beira, onde também está 1º Pelotão Especial de Fronteira (1º PEF), ocasionando antagonismos em relação ao uso da terra no que tange ao cultivo de roças, prática de extrativismo, criação de animais e melhoria de infraestrutura de suas propriedades (<https://amazoniareal.com.br/exercito-diz-que-pelotoa-existe-antes-de-comunidade-e-que-faz-aco-es-sociais/>)

⁶ O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas (https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf)

Corumbiara), Pedras Negras (Reserva Extrativista de Pedras Negras) e Santo Antônio do Guaporé (Reserva Biológica do Guaporé).

Mapa 1: Distribuição geográfica das comunidades que participaram do diagnóstico

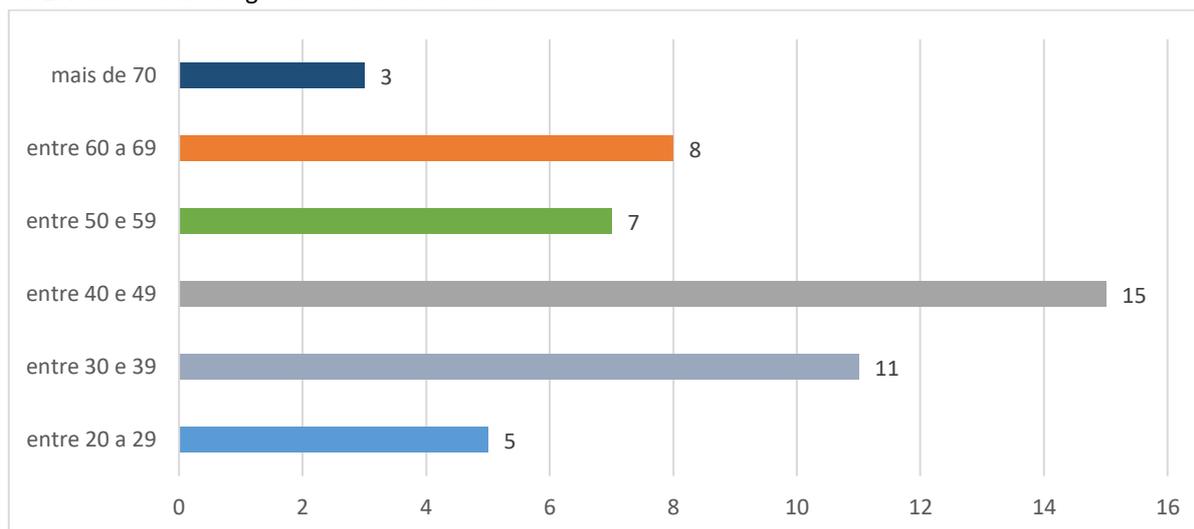


É notório que a presença das comunidades tradicionais em Unidades de Conservação contribui com a preservação dos recursos naturais. Entretanto, esses arranjos devem estar amparados por um constante diálogo entre os gestores públicos das UC's e as comunidades, para que ocorra o desenvolvimento socioprodutivo sustentável destas comunidades.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DOS(AS) AGRICULTORES(AS) ENTREVISTADOS(AS)

Analisando-se a faixa etária dos agricultores(as) (Gráfico 1), verifica-se que 33 agricultores(as) entrevistados (67,3%) estão acima da faixa de 40 anos. Poucos(as) agricultores(as) estão abaixo da faixa etária de 30 anos, o que talvez possa representar um ponto de atenção para as perspectivas de sucessão da propriedade familiar local.

Gráfico 1: Faixa etária de agricultores entrevistados

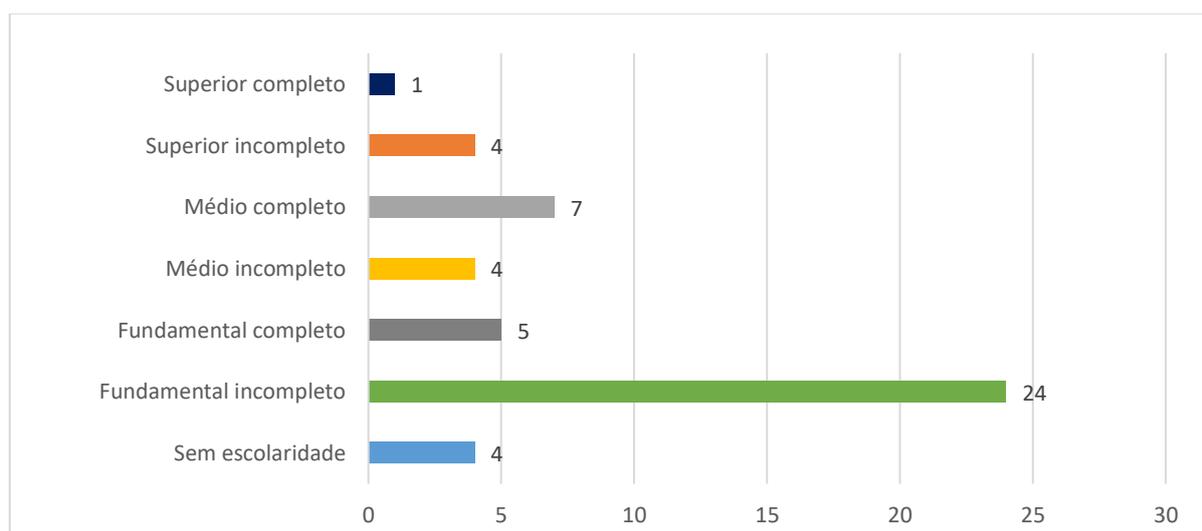


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A análise geral dos dados revela diversas particularidades do perfil das famílias atendidas, entre elas que a faixa etária do público rural atendido está avançada. No estudo desenvolvido identificou-se que aproximadamente 80% dos agricultores estão em faixas etárias superiores a 41 anos.

A partir das entrevistas realizadas, também foi constatado que aproximadamente 50% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto (Gráfico 2).

Gráfico 2: Escolaridade declarada pelos agricultores entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

De acordo com o estudo realizado pela EMATER-RO (2020)⁷, também foi evidenciado que mais de 46% dos agricultores beneficiários da entidade não concluíram o ensino fundamental.

Esses dados sobre escolaridade demonstram a realidade da educação no campo no Brasil. A melhoria da qualidade de vida da população rural brasileira, e neste caso a população rural quilombola, está

⁷ Fonte: <http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/wp-content/uploads/2016/06/20210325-relatrio-de-atividades-2020.pdf>

diretamente relacionada a criação das condições necessárias para o acesso à uma educação de qualidade convergente com a realidade das comunidades.

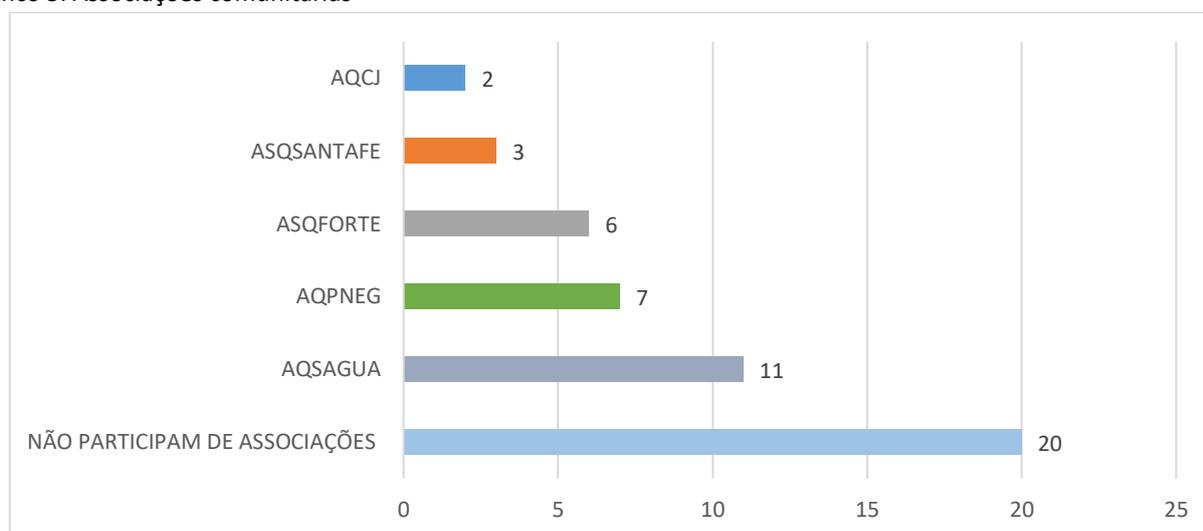
Estudo conduzido pela CONAQ e Ecam⁸, junto a comunidades quilombolas de Rondônia, também apontam que nos últimos anos houve mudanças na configuração do número de famílias por propriedade e a sua relação com a falta de acesso a políticas públicas, entre elas à educação.

O diagnóstico apontou que, em cada família, em média 3 pessoas dedicam sua mão-de-obra para atividades produtivas de forma integral ou parcial.

1.2. PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS

O diagnóstico identificou que 60% dos(as) agricultores(as) entrevistados(as) participam de associações comunitárias (Gráfico 3) voltadas à representação social das famílias. As associações referidas pelos agricultores foram: Associação Quilombola Comunidade de Jesus (AQCJ), Associação Quilombola de Santa Fé (ASQSANTAFE), Associação Quilombola do Forte Príncipe (ASQFORTE), Associação Quilombola de Pedras Negras do Guaporé (AQPNEG) e Associação de Remanescente de Quilombos de Santo Antônio do Guaporé (AQSAGUA).

Gráfico 3: Associações comunitárias



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

As associações se apresentam como uma opção facilitada de cooperar, independe de volume de membros, necessitando apenas atentar ao Código Civil, que embora não exista um número mínimo de pessoas para a constituição legal das associações, elas devem funcionar com uma diretoria formada por quatro ou mais associados, de acordo com o estatuto de cada associação (LEI Nº 10.406/2002).⁹

Com base nas informações coletadas, foi verificado que as associações quilombolas, em geral, foram criadas para realizar a representação política das comunidades, ou seja, atuar na reivindicação dos direitos das comunidades quilombolas, principalmente para os aspectos relativos à territorialidade.

8 Fonte: http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2020/08/20200709-1700-Final-Portal-An%C3%A1lise-dos-dados-Socioeconomicos_-Quilombolas-do-Programa-em-Rond%C3%B4nia.pdf

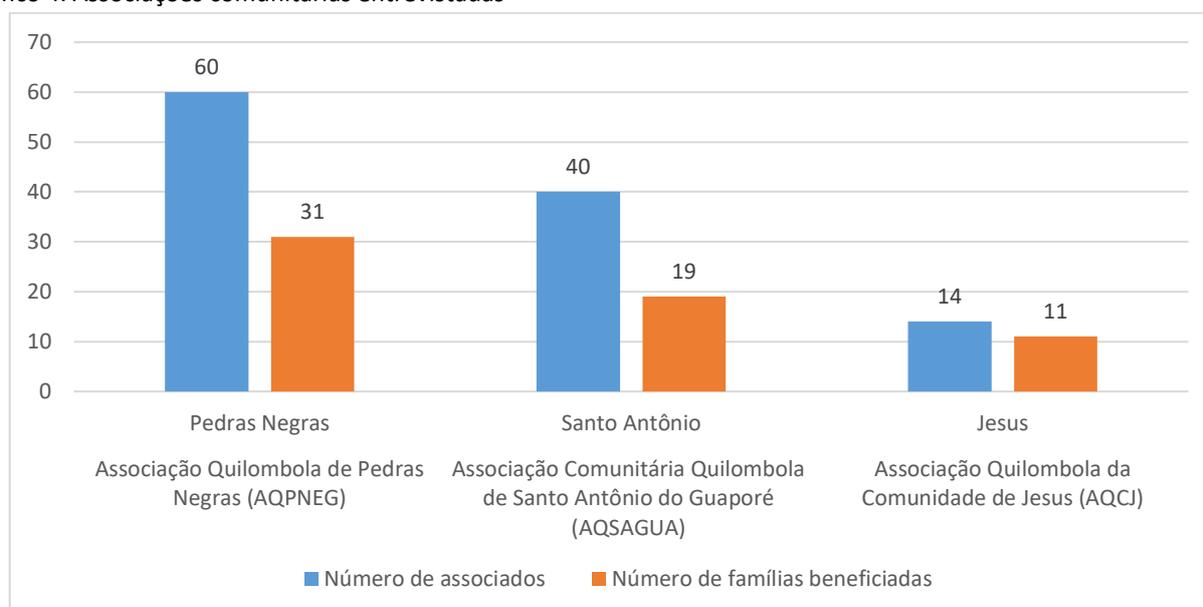
9 Fonte: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02>

É preciso verificar a pertinência de ampliar o escopo de atuação das atuais associações quilombolas para que possam contemplar as atividades ligadas ao fortalecimento da produção da agricultura, ou mesmo, discutir a viabilidade de fundação de novas instâncias que representam os(as) agricultores(as) quilombolas.

O associativismo possui relevante importância para a agricultura familiar por representar oportunidades de trocas de experiência entre os(as) agricultores(as), como acesso à assistência técnica, aquisição coletiva de insumos produtivos, ingresso a novos mercados, etc. Logo, é imperativo no meio rural a busca constante pela incrementação de práticas associativistas, buscando integrar interesses comuns dos(as) agricultores(as) com o propósito de promover o desenvolvimento local das comunidades.

No estudo, foram entrevistadas lideranças de 3 associações (Gráfico 4), as quais parte dos respondentes estão associados. Segundo o declarado pelos(as) entrevistados(as), as 3 organizações: Associação Quilombola de Pedras Negras (AQPNEG), Associação Comunitária Quilombola de Santo Antônio do Guaporé (AQSAGUA) e Associação Quilombola da Comunidade de Jesus (AQCI), não possuem dívidas e não contraíram financiamentos nos últimos 3 anos.

Gráfico 4: Associações comunitárias entrevistadas

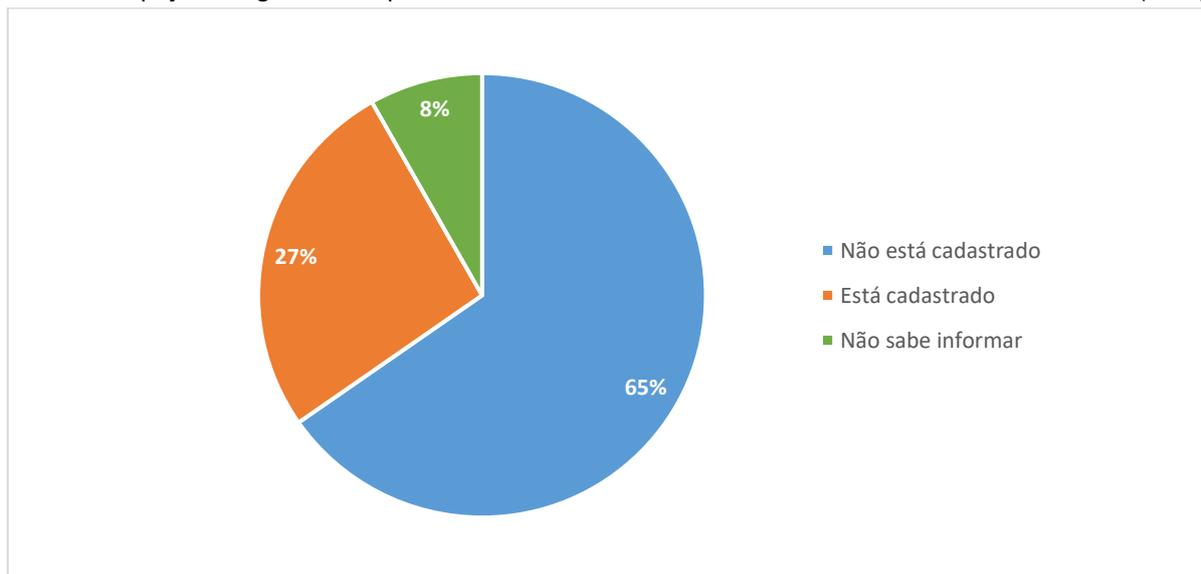


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

De acordo com a pesquisa, a associação quilombola de Pedras Negras é a que possui e beneficia o maior número de associados e possui sobreposição com a Reserva Extrativista de Pedras Negras (RESEX Pedras Negras), localizada à margem direita do Rio Guaporé.

Sobre a participação dos entrevistados em Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's) foi observado que 65,3% responderam que não estão cadastrados em um Sindicato, 26,5% responderam que estão cadastrados e 8,2% não souberam responder (Gráfico 5).

Gráfico 5: Participação de agricultores quilombolas em Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR)



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Um dos papéis centrais do STTR é orientar agricultores familiares sobre o seu direito à aposentadoria rural, tanto para o segurado que contribuiu ao INSS como àquele que não paga, chamado de segurado especial, como deve ser o caso da maioria dos agricultores quilombolas de Rondônia.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais é uma organização coletiva com legitimidade jurídica e institucional para defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, incluindo agricultores quilombolas. Além disso, o sindicato pode ainda prestar assessoria jurídica, assessoria técnica na elaboração de projetos, acesso a cursos ou outros benefícios, a exemplo de convênios com clínicas médicas, entre outros.

Os segurados especiais rurais também têm direito a aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio-reclusão e a pensão por morte, desde que comprove o exercício de atividade rural. A segurada especial também tem direito ao salário-maternidade no valor de um salário mínimo.

Neste sentido é importante atuar na difusão dos benefícios que podem ser obtidos pelos agricultores quilombolas com a sindicalização.

Importante destacar que a associação de Forte Príncipe da Beira tem indicado aos seus associados a buscarem orientações no STTR de Costa Marques para a sindicalização e para a emissão de nota fiscal como produtor rural na comercialização da produção. Emitir nota de produtor facilita aos agricultores o acesso aos direitos e benefícios junto ao INSS: aposentadoria, auxílio-doença, auxílio maternidade.

1.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

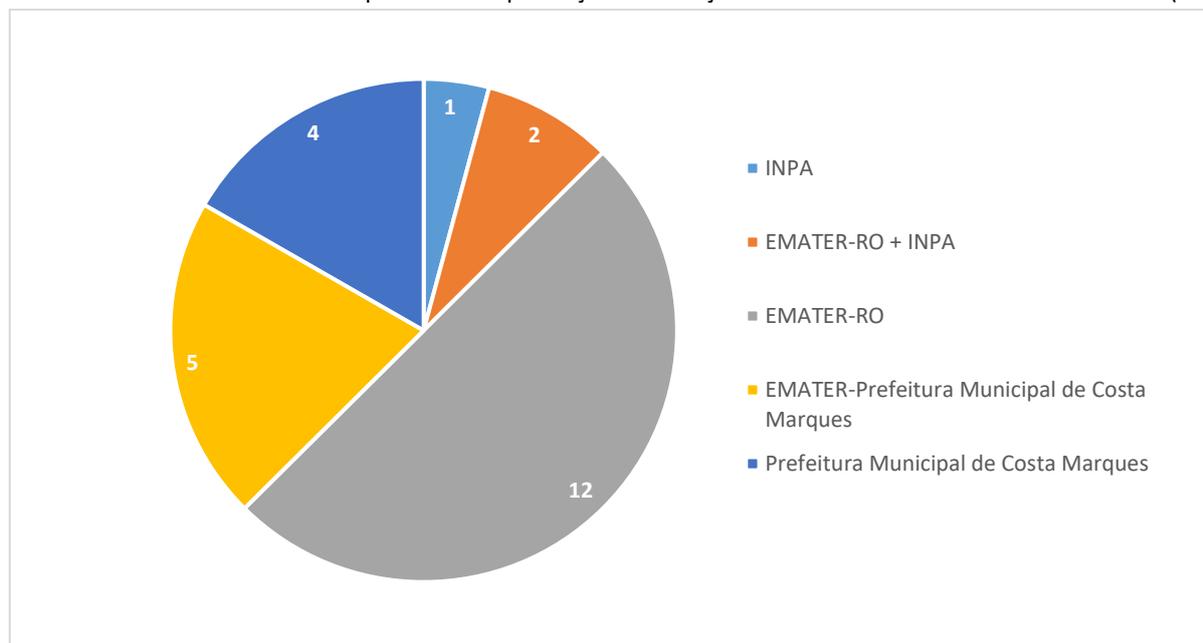
O acesso à assistência técnica para as comunidades quilombolas pode significar a ampliação do acesso a tecnologias produtivas, redução dos esforços da mão-de-obra empregada nas atividades, aumento da

produtividade e uma contribuição significativa para a melhoria da segurança alimentar e nutricional das famílias.

Segundo Francisco Roberto Caporal (2009)¹⁰, a ação extensionista não é orientada apenas para as atividades agropecuárias, mas também para atividades fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população rural, por isso possui grande importância social.

Com relação ao indicador de Assistência Técnica nas unidades de produção familiar dos agricultores quilombolas, nota-se que os serviços de ATER estão presentes em 48% (24 famílias) das propriedades (Gráfico 6).

Gráfico 6: Número de entrevistados que recebem prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER)



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Os(as) entrevistados(as) indicaram receber assistência técnica de 3 organizações públicas: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER-RO), Prefeitura Municipal de Costa Marques e Núcleo de Apoio à Pesquisa do Inpa em Rondônia (Napro). Importante destacar que alguns agricultores recebem assistência técnica de mais de uma organização.

Apesar da EMBRAPA-RO não ter sido citada pelos entrevistados como prestadora de assistência técnica, houve o relato de que representantes da comunidade de Forte Príncipe da Beira estão buscando aproximação com a instituição. A Embrapa-RO possui forte atuação nas áreas de produção de café, manejo pecuário e recuperação de pastagens degradadas.

Ressalta-se que a EMATER-RO vem atendendo cerca de 38.046 propriedades/famílias¹¹, 41% do total de estabelecimentos da agricultura familiar presentes no estado. Esta capilaridade em sua atuação gera diversos impactos positivos às famílias atendidas.

Entretanto, a entidade não apresenta uma indicação sobre qual é o número de famílias quilombolas que são atendidas em relação ao número total de propriedades, também não foi constatado nenhum programa orientado para o atendimento específico de agricultores quilombolas. Ainda assim, a Associação

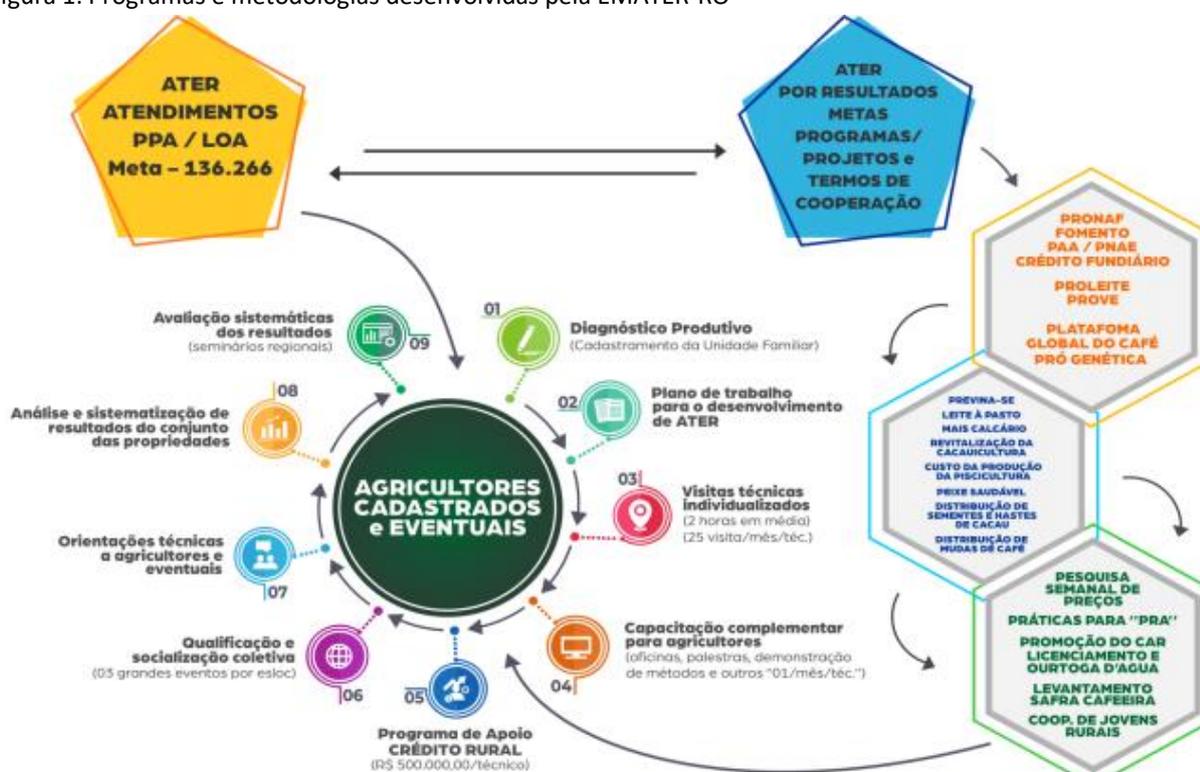
¹⁰ Fonte: http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf

¹¹ Fonte: <http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/proater/>

Forte Príncipe da Beira, informou que a EMATER-RO tem atuado no apoio as hortas comunitárias com investimento médio de R\$20.000,00 em 2021.

Após analisar os dados disponíveis é possível verificar que a EMATER-RO é a principal instituição na execução de políticas públicas voltadas para o meio rural do estado de Rondônia, a partir do uso de metodologias participativas, programas e projetos destinados para: geração de renda, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais (Figura 1).

Figura 1: Programas e metodologias desenvolvidas pela EMATER-RO



Fonte: EMATER-RO (2020)¹²

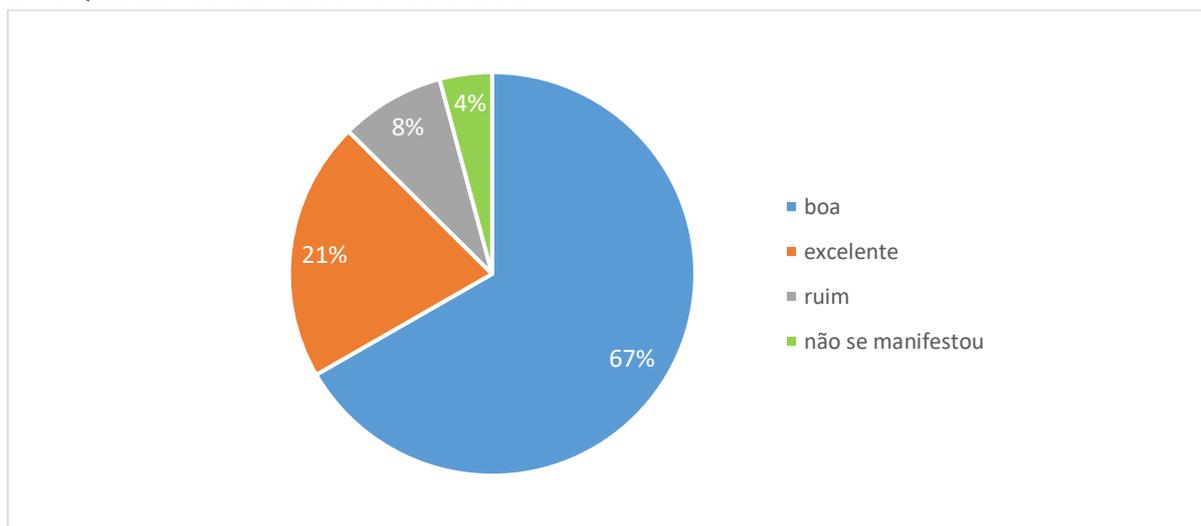
Sabe-se que a EMATER-RO, presta assistência técnica à comunidade de Forte Príncipe da Beira, apoiando a comunidade na evolução de suas práticas produtivas, inclusive, segundo o órgão, disponibilizou um técnico responsável pela elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR), da área da comunidade.

Fomentar a aproximação das comunidades com a EMATER-RO, pode ser um caminho próspero para o fortalecimento da produção rural quilombola.

Ainda em relação a Assistência Técnica recebida pelos(as) agricultores(as) familiares quilombolas, a pesquisa avaliou a percepção dos(as) entrevistados(as) em relação a qualidade do serviço. Das 24 pessoas que declararam receber Assistência Técnica, 21 identificam o trabalho prestado como excelente ou bom (Gráfico 7).

¹² Fonte: PROATER-2021.docx.docx-certo.pdf (emater.ro.gov.br)

Gráfico 7: Qualidade da Assistência Técnica recebida



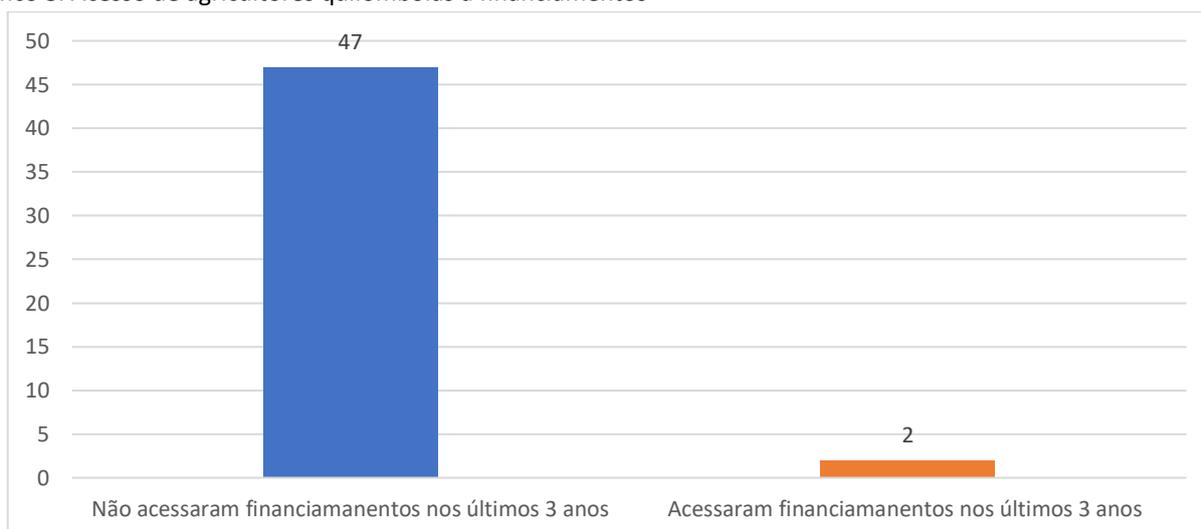
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

1.4. ACESSO A FINANCIAMENTOS PÚBLICOS

De acordo com estudos anteriores, as comunidades quilombolas de Rondônia, em geral, não têm acesso a financiamentos, entretanto, não existem dados públicos sistematizados sobre o volume de crédito agrícola destinado a comunidades quilombolas no estado.

No presente estudo, a ampla maioria dos entrevistados também relatou não acessar financiamento nos últimos 3 anos (Gráfico 8).

Gráfico 8: Acesso de agricultores quilombolas à financiamentos



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foi lançado em 1995 pelo governo federal para propiciar crédito diferenciado para os pequenos produtores rurais, com o objetivo de fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Em termos práticos, o Pronaf pode ser

destinado a financiar as atividades de custeio de safra, aquisição de tecnologia, agroindustrialização da produção, entre outras demandas da agricultura familiar, inclusive para comunidades quilombolas.

Para acessar o Pronaf, os agricultores e agricultoras familiares devem atender aos seguintes critérios:

- 1) Possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- 2) Deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até 6 módulos, quando a atividade do estabelecimento for pecuária);
- 3) Explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- 4) Utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;
- 5) Residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- 6) Possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00.

Entretanto, o acesso ao financiamento público pelos(as) agricultores(as) quilombolas foi possível somente a partir de agosto de 2017, por terem sido formalmente incluídos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), por meio de Portaria nº495¹³ do Inbra.

A partir dos critérios elencados para a tomada de financiamentos do Pronaf, destaca-se o Pronaf Mais Alimento¹⁴ (Tabela 3) como uma das linhas de crédito mais aderente a agricultores familiares quilombolas.

13 Fonte: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19262130/do1-2017-08-28-portaria-n-495-de-25-de-agosto-de-2017-19262067

14 Fonte: https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/PRONAF_PLANO_SAFRA_2019-

2020_QuadroResumo_TABELA_GruposPRONAF_grupos_e_Linhas_GERADO_em07_07_2020.pdf/bfa7cc05-a7e7-d8e9-0228-94f7cf4dbd49

Tabela 3: Quadro resumo Pronaf Mais Alimentos

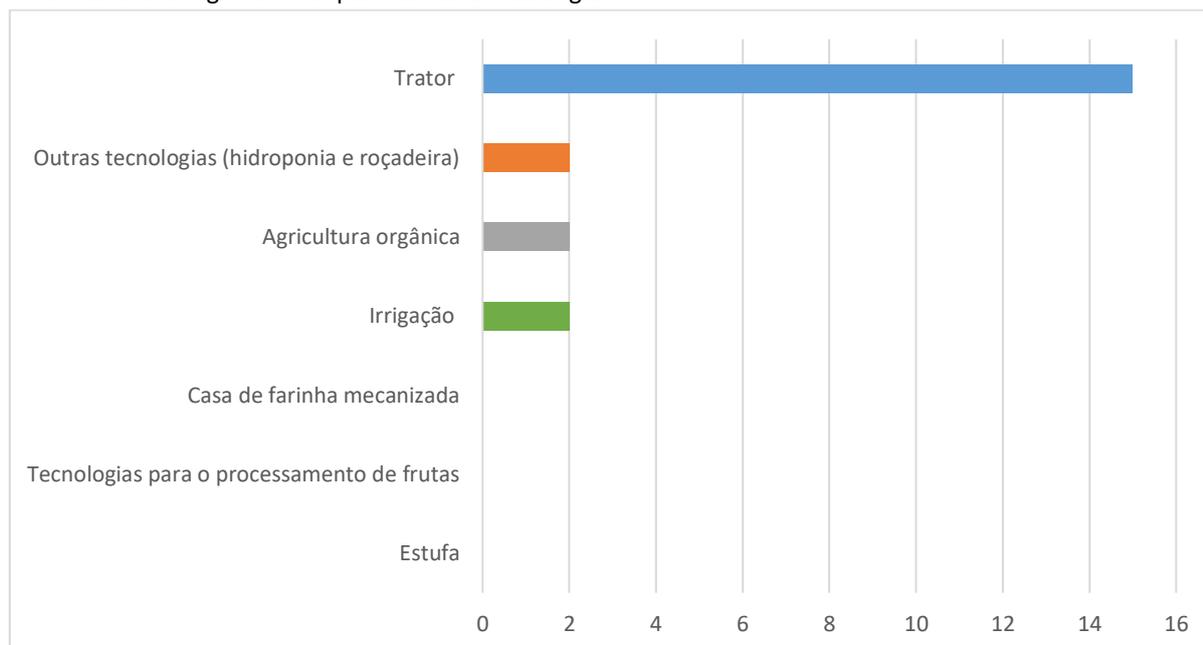
Público-alvo	Finalidade	Limite de Crédito	Juros Prazo	Prazos, Carência e Bônus
Agricultores(as) familiares, produtores rurais, pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas, integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, enquadrados(as) no Grupo V (Renda Variável), que desenvolvem atividades agropecuárias e não agropecuárias.	Investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural.	Individual: Máximo de R\$330.000,00 por mutuário, quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura; Máximo de R\$165.000,00 por mutuário, para os demais empreendimentos e finalidades; Até R\$ 50.000,00 para construção ou reforma de moradias no imóvel rural. Coletivo: admite-se o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamento, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum, na forma de crédito coletivo, desde que observado o limite individual por beneficiário e que a soma dos valores das operações individuais e da participação do beneficiário na operação coletiva não ultrapasse o limite de até R\$330.000,00 para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura por beneficiário e por ano agrícola, ou de até R\$165.000,00 para os demais empreendimentos e finalidades.	Taxa prefixada/pós-fixada: Prefixada 2,75% a.a ou Pós-fixada composta de parte fixa de até - 1,08% a.a. acrescida do Fator de Ajuste Monetário - FAM. Prefixada de até 4% a.a Pós-fixada composta de parte fixa de até 0,13% a.a. acrescida do Fator de Ajuste Monetário - FAM.	Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga. Prazo: até 7 anos, com carência de até 14 meses, para aquisição de tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plataformas de cortes, assim como máquinas agrícolas autopropelidas para adubação e pulverização. Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.

1.5. ACESSO A TECNOLOGIAS

A adoção de tecnologias apropriadas e de baixo custo pela agricultura familiar é tão importante quanto o uso adequado da terra e da mão-de-obra. A identificação das tecnologias utilizadas pelos(as) agricultores(as) familiares é imprescindível para a compreensão da lógica de produção e um direcionador importante para entender a atuação da assistência técnica e estruturar planos de desenvolvimento local.

No diagnóstico, dos(as) 49 entrevistados(as), aproximadamente 63% relatam não acessar nenhum tipo de tecnologia produtiva. Entre os que relatam acessar pelo menos uma tecnologia associada à produção, o uso de trator aparece de forma mais recorrente (Gráfico 9). As comunidades Pedras Negras e Santa Fé são as que mais acessam tratores para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Gráfico 9: Acesso de agricultores quilombolas a tecnologias



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

O aporte de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar quilombola, está diretamente ligada ao acesso das famílias aos serviços públicos de extensão rural, como visto anteriormente, a EMATER-RO possui um papel imprescindível pela sua capacidade técnica e forte presença nos diversos municípios do estado de Rondônia.

A difusão de tecnologias para a agricultura familiar deve, sobretudo, considerar o conhecimento tradicional das comunidades quilombolas na busca de solução para os desafios enfrentados e não ser baseada somente em tecnologias externas aos estabelecimentos, o que pode causar dependência e aumentar os riscos econômicos associados à produção das famílias.

Durante as entrevistas, foi comentado que o acesso às tecnologias produtivas, como a mecanização na agricultura, atrai o interesse dos jovens das comunidades, o que pode contribuir diretamente com a diminuição do êxodo rural.



2. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

São três as características essenciais que definem a agricultura familiar brasileira:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou de matrimônio;

b) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionado pelos membros da família;

c) a propriedade dos meios de produção pertence à família, e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.¹⁵

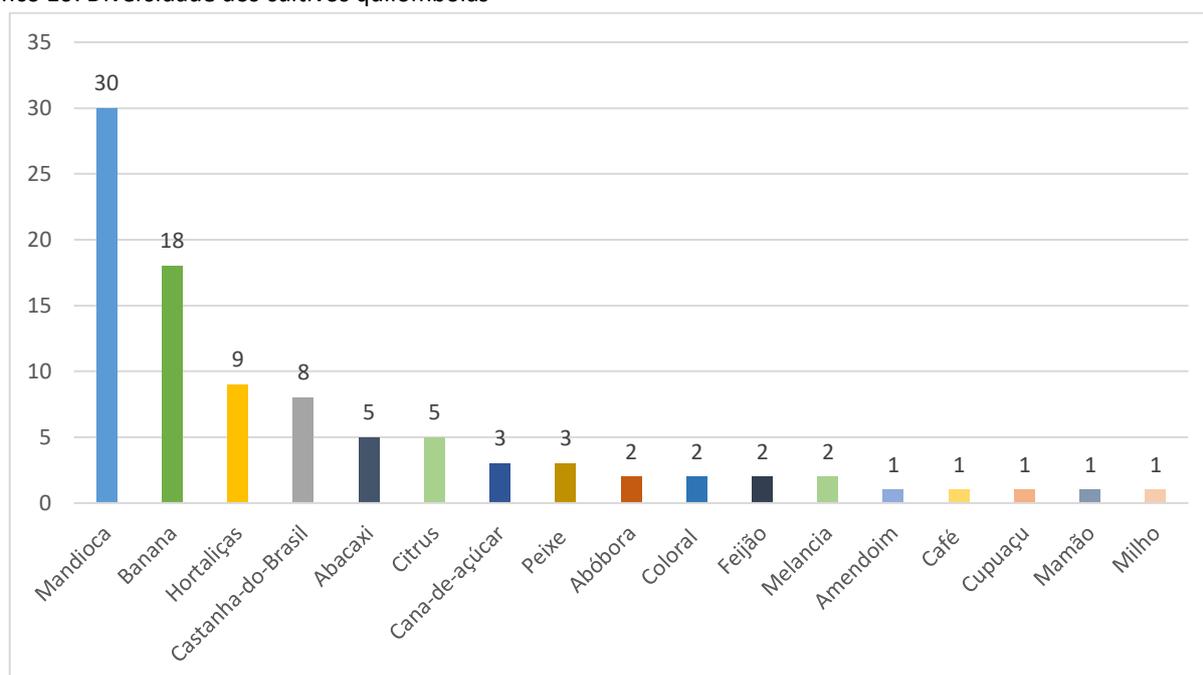
Apesar da existência dessas características comuns, é importante considerar a enorme heterogeneidade existente entre cada grupo social de agricultores(as) familiares, as diferentes condições climáticas e do meio físico onde se desenvolvem as práticas agropecuárias.

Particularmente, os sistemas de produção da agricultura quilombola compreendem a interação dinâmica entre diversas atividades agrícolas, como cultivo de roças de coivara, quintais agroflorestais, sistemas agroflorestais, hortas, extrativismo e criações.

2.1. PRODUÇÃO DA AGRICULTURA QUILOMBOLA

A partir da pesquisa realizada, percebe-se a existência de uma grande diversidade de produção agropecuária (Gráfico 10) desenvolvida pelos(as) agricultores(as) quilombolas. A produção nestas comunidades compreende hortaliças, frutas, lavouras, peixes e extrativismo. No gráfico, é possível verificar a ocorrência do que é produzido, a partir da citação dos entrevistados em relação à diversidade do que é cultivado ou extraído da natureza.

Gráfico 10: Diversidade dos cultivos quilombolas



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

¹⁵ Fonte: Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília: INCRA/FAO, 1996

O cultivo de mandioca é a atividade presente em todas as comunidades quilombolas que tiveram pessoas entrevistadas neste estudo. A farinha de mandioca se destina inicialmente para a segurança alimentar das comunidades e posteriormente para venda da produção excedente.

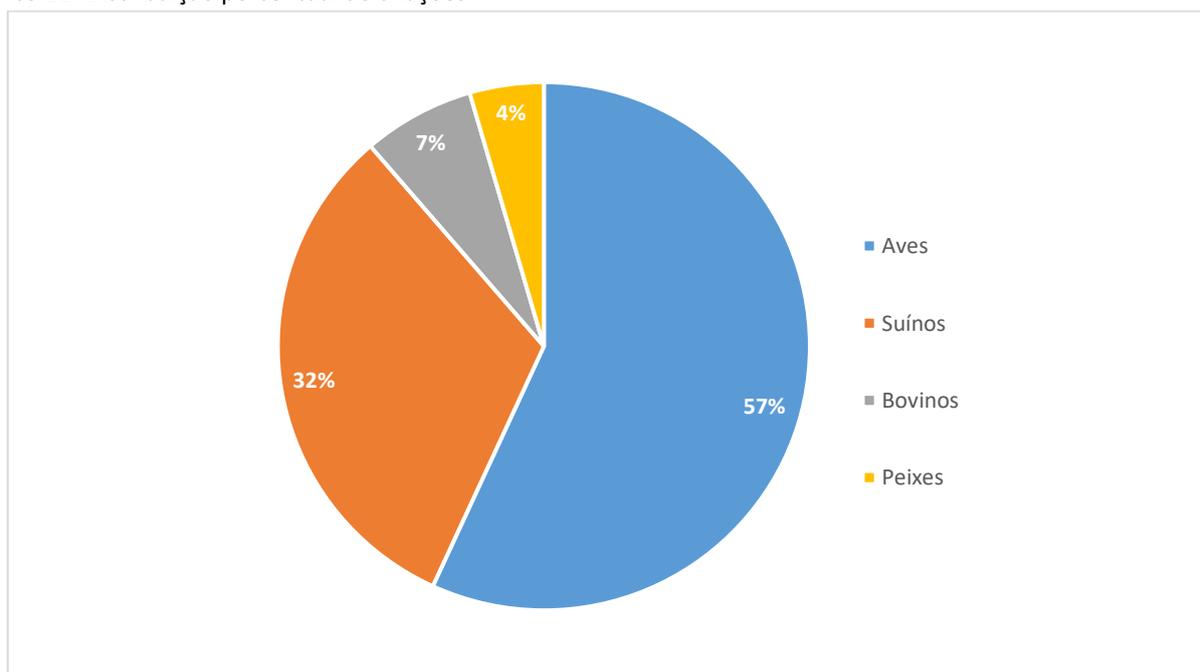
Os(as) entrevistados(as) da comunidade de Santo Antônio produziram, no último ano, aproximadamente 30 toneladas de farinha, o qual é considerado um volume expressivo para o número de agricultores(as) da comunidade. Já na comunidade de Forte Príncipe da Beira foi relatado a presença de mais de 30 roças destinadas à produção da cultura.

Em relação ao extrativismo, destaca-se a comunidade de Pedras Negras, com a produção de castanha-do-brasil. O extrativismo da amêndoa da castanha-do-brasil configura-se como o principal produto florestal não-madeireiro produzido em Rondônia, que é o quarto maior produtor desta amêndoa no Brasil. O estudo revelou ainda que a castanha-do-brasil é o único produto que as comunidades destinam exclusivamente à comercialização.

Na comunidade de Santa Fé foi relatado que, em 2021, foram produzidas 380 sacas de milho e por volta de 10 toneladas de farinha para a comercialização.

Já no manejo pecuário (Gráfico 11), foram identificados 4 principais criações animais. As aves representam o principal investimento das comunidades, onde cerca de 56% dos(as) entrevistados(as) criam aves, principalmente galinhas caipiras. Assim como as aves, a criação de suínos está presente em todas as comunidades às quais os(as) entrevistados(as) são residentes. Já as criações de bovinos e peixes são citadas somente pelos(as) entrevistados(as) residentes na comunidade de Santa Cruz.

Gráfico 11: Distribuição percentual de criações



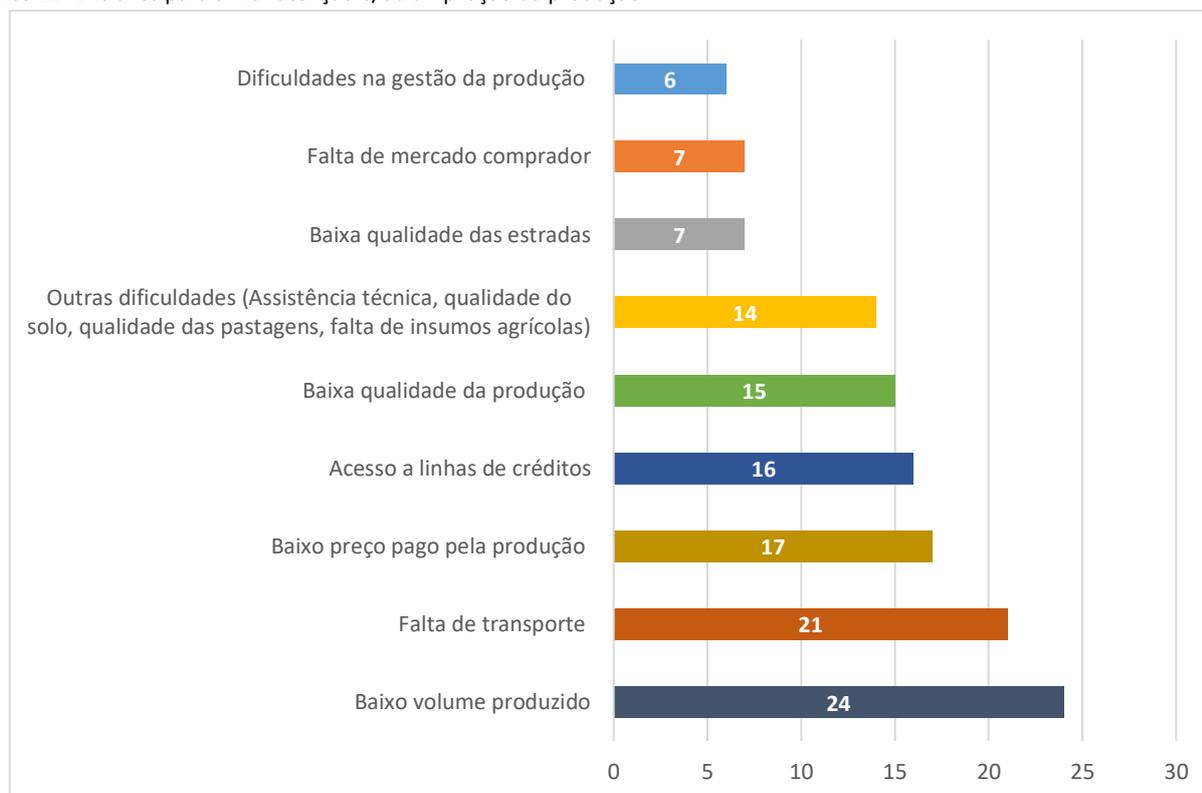
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Vale ressaltar que a comunidade quilombola de Santa Cruz não possui nenhuma sobreposição de unidade de conservação de proteção parcial ou integral, logo não existem impedimentos legais para a prática da bovinocultura. A prática da pecuária se contrapõe aos objetivos das unidades de conservação de proteção integral que tem como princípio a manutenção da biodiversidade sem interferência humana ou modificações ambientais.

2.1.1. DESAFIOS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Sobre os principais entraves para a manutenção ou ampliação da produção, os(as) entrevistados(as) identificaram o “baixo volume de produção” como o principal fator. Esse entrave foi citado por 24 dos(as) 49 entrevistados(as) (Gráfico 12). Em estudos futuros é importante identificar quais são os motivos do baixo volume de produção a ser elencado como o principal entrave da produção. Esse fator pode estar relacionado a baixa produtividade por área, manejo inadequado da área, falta de orientação técnica e/ou escassez de recursos financeiros.

Gráfico 12: Entraves para a manutenção e/ou ampliação da produção



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A falta de transporte, preços baixos recebidos pela produção, pouco acesso a crédito, baixa qualidade da produção, precariedade das vias de acesso para o transporte da produção, falta de mercado para os produtos, dificuldades na gestão da produção, falta de assistência técnica, também foram identificados pelos(as) entrevistados(as).

Ainda que as atuais políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar devam contemplar as comunidades quilombolas é possível observar uma grande lacuna no acesso das comunidades a políticas básicas e indispensáveis para o desenvolvimento das atividades produtivas.

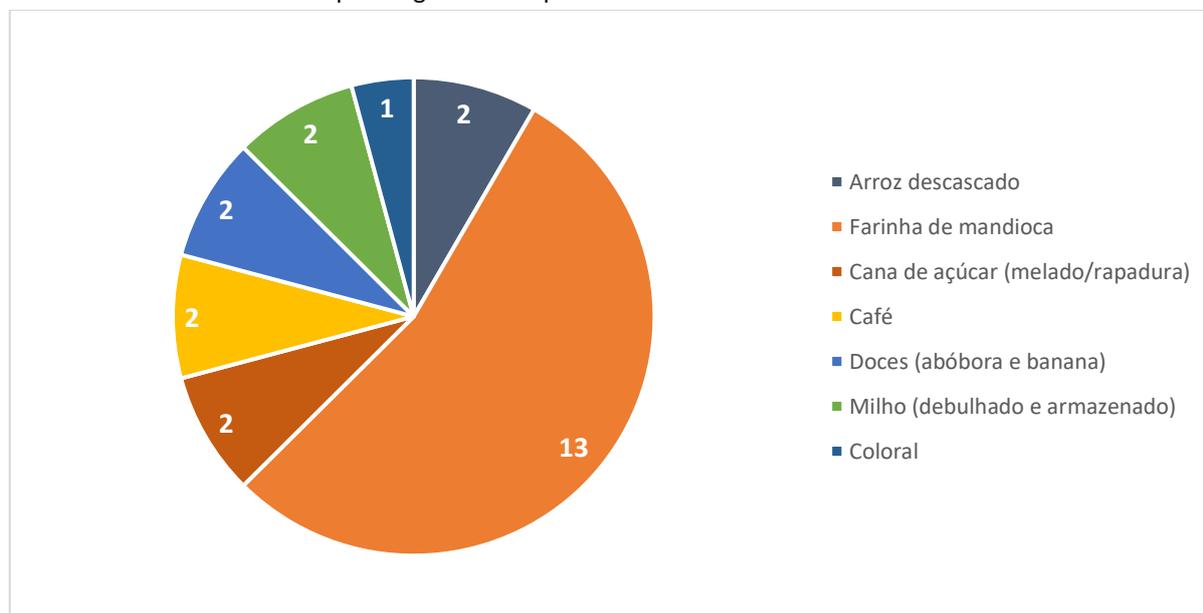
2.2. BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A busca constante por alternativas e mecanismos para incrementar a agregação de valor na produção da agricultura familiar tem sido um desafio para diversas famílias. A decisão pela agregação de valor à produção através do processamento, mesmo que em pequena escala, está intimamente relacionada à

disponibilidade de recursos financeiros, disponibilidade de força de trabalho, infraestrutura instalada, entre outros fatores.

No diagnóstico, dos(as) 49 agricultores(as) entrevistados(as), 20 relataram realizar algum tipo de beneficiamento em sua produção (Gráfico 13). O principal destaque é a produção de farinha-de-mandioca, onde 13 respondentes comentaram realizar o beneficiamento da produção. Entretanto, como apontado anteriormente, os(as) produtores(as) não relataram utilizar Casa de Farinha Industrial ou Semi-Industrial em suas produções. Outros produtos relatados foram beneficiamento de: arroz, café, colorau, cana-de-açúcar, milho e doces a partir de frutos e legumes.

Gráfico 13: Produtos beneficiados pelos agricultores quilombolas entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

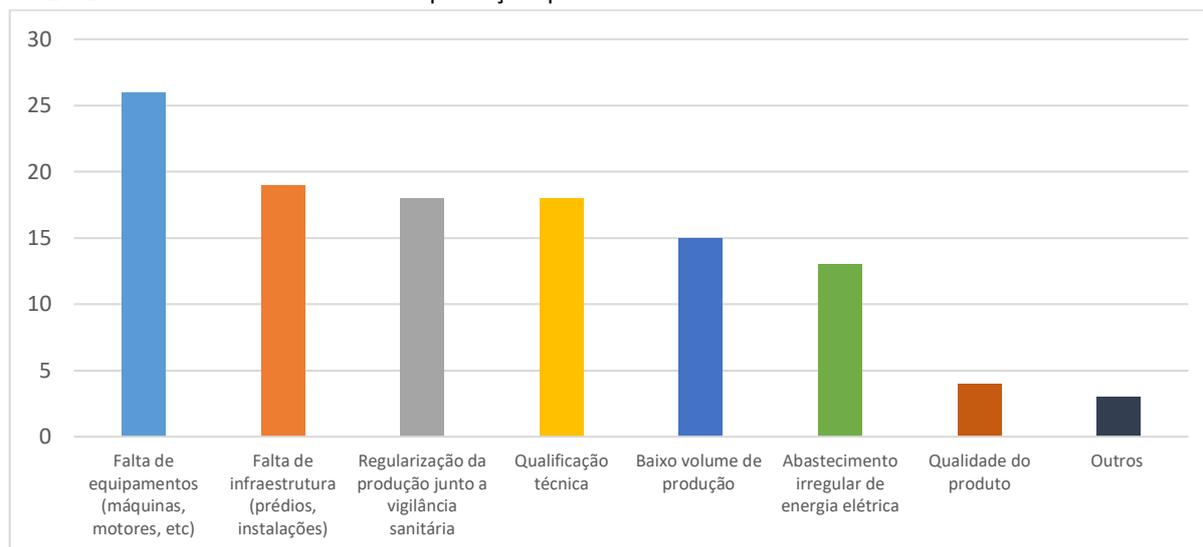
Importante destacar o papel do associativismo (associações/cooperativas) para o avanço da agregação de valor aos seus produtos da produção quilombola. As agroindústrias podem fornecer benefícios aos(as) agricultores(as) cooperados(as) pela isenção de impostos na comercialização, aquisição de insumos, manutenção de marca única, unificação de alvarás, bem como na comercialização coletiva, o que dilui os custos diários.

2.2.1. DESAFIOS DO BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO

Segundo os(as) entrevistados(as), o principal desafio a ser superado para qualificar o processamento da produção é a falta de equipamentos (máquinas e motores, etc.). A falta de infraestrutura, regularização sanitária da produção e a qualificação técnica também são fatores destacados pelos(as) entrevistados(as) (Gráfico 14).

É importante ressaltar que todos os desafios identificados estão interligados e, portanto, devem ser analisados de forma conjunta, visando o desenvolvimento de um plano de trabalho adequado à realidade das comunidades quilombolas.

Gráfico 14: Desafios do beneficiamento da produção quilombola



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Adicionalmente às razões indicadas pelos(as) entrevistados(as), como desafios para a ampliação do processamento da produção, é fundamental que as ações também considerem fatores externos, como a concorrência da produção quilombola com produtos industrializados, não provenientes da agricultura familiar.

Nesse sentido, considera-se que ações de divulgação das características de um “alimento tradicional” produzido pela agricultura familiar quilombola pode ser um diferencial de mercado. Para isso, o consumidor deve possuir garantias da veracidade da origem do alimento tradicional e isso pode ser realizado, por exemplo, por um selo de origem.

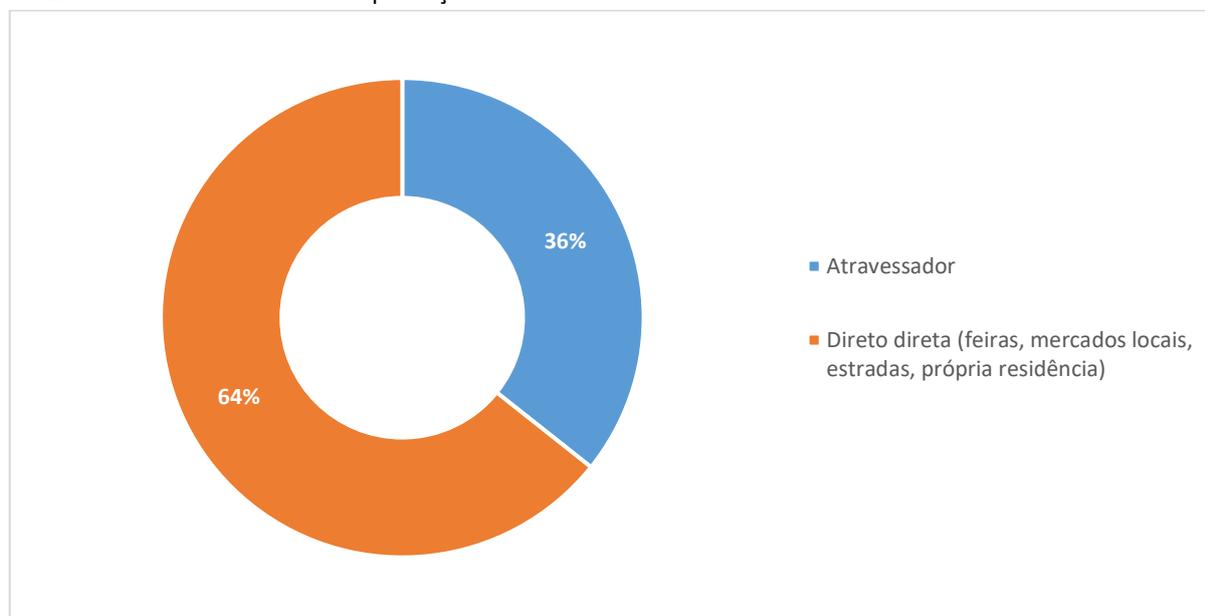
O beneficiamento e a comercialização dos alimentos tradicionais podem aumentar a renda dos(as) agricultores(as), principalmente em situações que possam proporcionar a aproximação entre consumidores e produtores.



3. CANAIS DE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO:

O estudo também identificou que os principais canais utilizados pelas comunidades quilombolas para o escoamento da produção são: atravessador, venda direta ao consumidor através de diversos formatos (Gráfico 15).

Gráfico 15: Canais de escoamento da produção



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Os(as) entrevistados(as) informam comercializar a produção por mais de um canal. Apesar de certa diversidade de estratégias de comercialização, os dados apontam que 64% da produção é realizada diretamente ao mercado consumidor. Comercializar diretamente com consumidores possibilita o estabelecimento de elos de confiança entre agricultores e consumidores, além de ampliar a renda recebida pela produção, uma vez que não existe dependência de intermediários

3.1. ACESSO A PROGRAMAS PÚBLICOS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Complementares ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), outros instrumentos de estruturação da comercialização da produção da agricultura familiar são representados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os instrumentos objetivam facilitar parte da comercialização da produção da agricultura familiar com, pelo menos, duas estratégias: regularidade na demanda da produção e remuneração do produto por um preço justo.

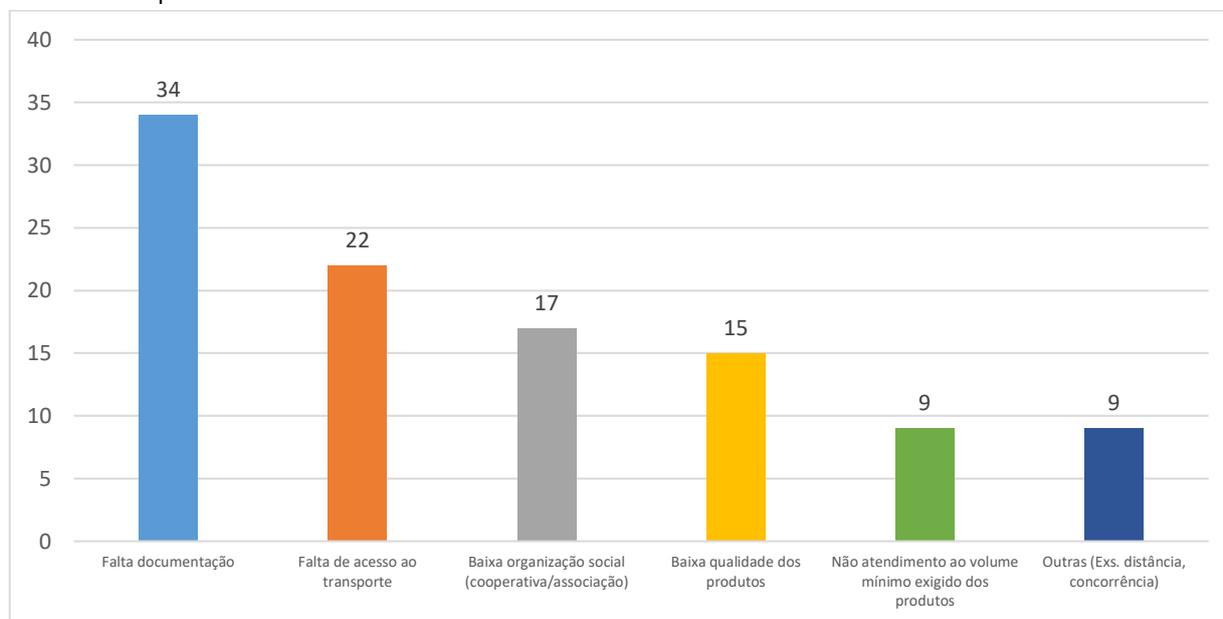
Essas modalidades de aquisição pública promovem a compra de alimentos dos(as) agricultores(as) familiares diretamente, ou por meio de suas associações ou cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas e instituições atendidas por programas sociais locais.

De acordo com a pesquisa, apenas 8 dos(as) 49 entrevistados(as) vendem parte de sua produção a programas públicos de aquisição de alimentos. Os(as) agricultores(as) estão ligados a 4 comunidades quilombolas, sendo elas: Forte Príncipe da Beira, Jesus, Santa Cruz e Santa Fé.

Os principais alimentos fornecidos para programas de compras públicas são: abóbora, banana, castanha-do-brasil, couve, farinha, tapioca, mamão, tomate e pães. Os(as) entrevistados(as) ainda relataram que seus alimentos são direcionados para abrigos, CRAS, creches, escolas públicas e exército.

Os(as) entrevistados(as) relataram quais são os principais desafios no acesso aos programas (Gráfico 16). A falta de documentação configura-se como o principal entrave, sendo relatada por 34 dos(as) 49 entrevistados(as).

Gráfico 16: Principais desafios no acesso ao PAA e PNAE



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Para ampliar a participação da agricultura familiar quilombola nas políticas públicas de aquisição de alimentos no Brasil, é importante fortalecer alianças das comunidades com parceiros institucionais que possam apoiá-las na superação desses desafios.

4. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A agricultura familiar foi por muito tempo vista exclusivamente para a produção de subsistência. Atualmente, sabe-se que boa parte dos alimentos da população, com exceção das commodities, é proveniente deste setor do agro brasileiro, mas ainda é um setor que necessita de dados e informações atualizadas que possam subsidiar a construção de estratégias e orientar programas visando a superação dos desafios.

A agricultura familiar brasileira possui como suas principais características a reprodução do trabalho familiar nas propriedades e a conservação da agrobiodiversidade, que está diretamente associada à sua bagagem sociocultural. Mesmo assim, quando se analisa a agricultura familiar brasileira, é importante considerar a sua diversidade que vai além de diferenças de acesso a recursos financeiros, localização geográfica ou grau de tecnologia empregado.

No caso da agricultura familiar quilombola, é evidente a existência de uma invisibilidade no que diz respeito a informações sobre produção, acesso a crédito e programas sociais voltados ao fortalecimento das atividades produtivas das comunidades.

O presente diagnóstico, que teve por objetivo analisar informações sobre produção agropecuária de comunidades quilombolas em Rondônia, constatou pouca disponibilidade de dados secundários sobre produtividade e diversidade. Contudo, a partir de dados primários foi possível verificar os desafios históricos dos(as) agricultores(as) quilombolas e apontar algumas estratégias para o desenvolvimento das ações produtivas nos territórios quilombolas.

Um dos principais desafios mapeados é sobre o envelhecimento da mão-de-obra e um estreitamento na base de sucessão do trabalho em atividades agrícolas nas comunidades. Essa situação possui relação direta com o baixo acesso a assistência técnica, políticas públicas e crédito. Não menos importante estão a precariedade das vias de acesso, disponibilidade de energia regular e de meios de comunicação eficientes.

No campo das políticas públicas que contemplem agricultores(as) quilombolas, ainda é precário o reconhecimento da diversidade regional, econômica, produtiva e social. Percebe-se o baixo acesso das comunidades quilombolas de Rondônia a programas importantes, como o Pronaf, que apresenta desafios nesta incorporação do público quilombola. Além disso, os programas de compras públicas ainda apresentam etapas burocráticas nos acessos, dificultando a participação das famílias quilombolas do estado e sem o apoio técnico de profissionais qualificados.

Ambos os programas necessitam de mudanças institucionais para aproximá-los das comunidades quilombolas. A assistência técnica e extensão rural são elementos essenciais, seja para construir projetos de crédito rural condizentes com a realidade dos(as) agricultores(as), seja para auxiliar no planejamento e na organização produtiva dos(as) produtores(as) beneficiados(as).

O diagnóstico também identificou o diminuto envolvimento de agricultores(as) familiares quilombolas em iniciativas associativistas que visem a organização e o fortalecimento das atividades produtivas, além de uma baixa adesão dos(as) quilombolas aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. É necessário que as comunidades quilombolas do estado atuem de forma associativa para apoiar no enfrentamento dos desafios sobre a produção apontados no diagnóstico.

No contexto das comunidades quilombolas, a titulação dos territórios é etapa fundamental, inclusive para o acesso a algumas políticas públicas. Quando também superados os desafios da regularização dos territórios, é importante que as famílias agricultoras e organizações de apoio possam desenvolver uma agenda positiva voltada ao fortalecimento da produção rural familiar.

Segue algumas recomendações, a partir dos dados do diagnóstico, visando o desenvolvimento da agricultura familiar quilombola de Rondônia:

- Investir na aproximação com órgãos públicos de assistência técnica e extensão rural;
- Identificar e promover práticas de manejo que aproximem os saberes acadêmicos e tradicionais;
- Realizar capacitações para apoiar o planejamento da produção;
- Desenvolver estudo para verificar necessidades do mercado consumidor local;
- Detalhar os desafios da produção da agricultura familiar identificados neste diagnóstico e desenvolver planos de ação em conjunto com os(as) agricultores(as) quilombolas;
- Mapear parceiros para implementar os planos de ação.

Apesar do diagnóstico fornecer alguns direcionamentos para o fortalecimento da agricultura familiar quilombola do estado de Rondônia é importante enfatizar que ele é apenas um estudo amostral da realidade e que atualizações periódicas são importantes.

Diagnóstico - Ações de produtividade nas comunidades Quilombolas de Rondônia

